



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Realização:



# CADERNO DE QUESTÕES

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS NAS CATEGORIAS FUNCIONAIS DE TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO/UFPI – EDITAL 07/2014

**CARGO: CONTADOR**

**DATA: 01/06/2014**

**HORÁRIO: das 08 às 12 horas**

**LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O CADERNO  
DE QUESTÕES**

- ☒ Verifique se este CADERNO contém um total de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções cada. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**

LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10  
LEGISLAÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO: 11 a 15  
NOÇÕES DE INFORMÁTICA: 16 a 20  
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 21 a 50

- ☒ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ☒ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta** ou **azul escrita grossa**.
- ☒ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

**LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia o texto que se segue e responda às questões de 01 a 10.

**Chutando a escada**

01 “Contra a estupidez lutam os próprios deuses em vão”. A frase é de Friedrich Schiller e penso que ela  
02 traduz com perfeição o debate sobre imigração nos EUA.

03 Ao que consta, os latinos estão perdendo a paciência com Barack Obama, que não apenas deixou de  
04 cumprir a promessa de aprovar uma reforma imigratória como também foi sob seu governo que os EUA  
05 bateram o recorde de deportações, tendo, segundo certas contas, expulsado 2 milhões nos últimos cinco anos.

06 Latinos são uma das mais fiéis bases de apoio do Partido Democrata. Em 2012, 71% dos eleitores  
07 desse grupo votaram em Obama. É improvável que se bandeiem para os republicanos, mas, nos EUA, há  
08 sempre a opção de não votar, o que pode causar dificuldades para os democratas nas eleições legislativas  
09 deste ano.

10 Não é, porém, o aspecto eleitoral que me interessa aqui, mas a questão mais substantiva de definir se  
11 a imigração é boa para o país. No caso dos EUA, apesar das formidáveis barreiras burocráticas e das patrulhas  
12 de caça a ilegais, não há muita dúvida de que ela é benéfica.

13 Uma revisão da literatura feita pelo Brookings Institute em 2010 concluiu que a imigração contribui,  
14 ainda que modestamente, para elevar o nível de vida dos trabalhadores americanos, ao aumentar a  
15 produtividade e reduzir preços. Essa não é a única intuição contrariada pelas evidências. Também é falsa a  
16 ideia de que imigrantes drenam recursos do “welfare state”. Na verdade, estrangeiros, notadamente os ilegais,  
17 pagam quase todos os impostos e usam parcela reduzida dos serviços, tornando-se doadores líquidos do  
18 sistema.

19 No mais, foi a imigração que evitou que a demografia americana evoluísse para perfis perigosos como  
20 os verificados na Europa e no Japão. Mas, mesmo que nada disso fosse verdade, ainda assim é estranho ver  
21 um país forjado por imigrantes empenhado em chutar a escada para que ninguém mais possa subi-la.

(SCHWARTSMAN, Hélio. Folha de São Paulo, 26.04.14. <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2014/04/1445947-chutando-a-escada.shtml>)

01. Com base no texto lido, é CORRETO afirmar:

- (A) A postura dúbia de Obama em relação à imigração é peremptória para o crescimento dos republicanos enquanto força política nos Estados Unidos.
- (B) O descumprimento das promessas de Obama e a não obrigatoriedade do voto poderão causar prejuízos políticos aos democratas.
- (C) Há evidências de que os imigrantes contribuíram significativamente para elevar os Estados Unidos à categoria de potência econômica mundial.
- (D) Nos Estados Unidos, os estrangeiros são os que menos sonégam impostos.
- (E) Os imigrantes foram os responsáveis pelo aumento da violência na Europa e no Japão.

02. Ao utilizar a frase de Friedrich Schiller “Contra a estupidez lutam os próprios deuses em vão” (linha 01), o autor do texto pretende:

- (A) considerar a atitude política do presidente norte-americano em relação aos imigrantes latinos como uma asneira.
- (B) comparar Barack Obama a um deus, tendo em vista que o presidente possui o poder sobre a vida e a morte dos imigrantes latinos.
- (C) declarar vã a luta dos imigrantes latinos por uma vida digna nos EUA.
- (D) aventar a grande possibilidade de crescimento do Partido Republicano, em face da estupidez dos democratas.
- (E) ratificar a falsidade dos estereótipos atribuídos ao povo americano, haja vista a evidência de que não passam de uma estupidez forjada pelo resto do mundo.

03. Considerando-se o contexto de produção e o veículo no qual foi publicado, pode-se afirmar que o texto lido pertence ao gênero:

- (A) editorial, pois apresenta a posição do jornal Folha de São Paulo com relação à imigração nos EUA, sendo escrito, quase sempre, por alguém da direção do jornal.
- (B) notícia, pois propaga uma informação relativamente curta, escrita numa linguagem clara, direta e concisa, abordando um tema atual.
- (C) artigo de opinião, pois mostra a argumentação de um articulista do jornal defendendo suas ideias a respeito de um tema atual e de interesse coletivo.

- (D) crônica, pois conta a história da imigração nos Estados Unidos sem obedecer a muitas regras. É, portanto, um texto leve, criativo e de leitura fácil.
- (E) reportagem, pois aborda a temática da imigração de forma exaustiva e profunda, utilizando um estilo narrativo, mais descritivo e humanizado.

04. Também é falsa a ideia de que imigrantes drenam recursos do “welfare state” (linhas 15 e 16). A expressão assinalada foi empregada em sentido figurado. Um segmento do texto em que se nota também sentido figurado é:

- (A) ... os latinos estão perdendo a paciência... (linha 03)
- (B) ... bateram o recorde de deportações... (linha 05)
- (C) ... patrulhas de caça a ilegais... (linhas 11 e 12)
- (D) ... tornando-se doadores líquidos do sistema. (linhas 17 e 18)
- (E) ... um país forjado por imigrantes... (linha 21)

05. ... definir se a imigração é boa para o país (linhas 10 e 11).

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

- (A) Ao que consta,... (linha 03).
- (B) Latinos são uma das mais fiéis bases de apoio do Partido Democrata (linha 06).
- (C) Também é falsa a ideia... (linhas 15 e 16)
- (D) ... foi a imigração que evitou que... (linha 19)
- (E) ... a demografia americana evoluísse para perfis perigosos... (linha 19)

06. Barack Obama expulsou mais de 2 milhões de imigrantes nos últimos cinco anos. Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será

- (A) eram expulsos. (D) foi expulso.
- (B) era expulso. (E) fora expulso.
- (C) foram expulsos.

07. Mas, mesmo que nada disso fosse verdade... (linha 20).

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado na frase acima está em:

- (A) ... foi a imigração que evitou que a demografia americana evoluísse... (linha 19)
- (B) ... os latinos estão perdendo a paciência com Barack Obama... (linha 03)
- (C) É improvável que se bandeiem para os republicanos... (linha 07)
- (D) ... o que pode causar dificuldades para os democratas... (linha 08)
- (E) ... concluiu que a imigração contribui... (linha 13)

08. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, foi realizada de modo INCORRETO em:

- (A) Os latinos estão perdendo a paciência = Os latinos estão perdendo-na.
- (B) Deixou de cumprir a promessa = Deixou de cumpri-la.
- (C) Pode causar dificuldades para os democratas = Pode causar-lhes dificuldades.
- (D) Elevar o nível de vida dos trabalhadores americanos = Elevar-lhes o nível de vida.
- (E) Usam parcela reduzida dos serviços = Usam-na.

09. Não é, porém, o aspecto eleitoral que me interessa aqui, mas a questão mais substantiva de definir se a imigração é boa para o país (linhas 10 e 11). Os elementos grifados remetem, respectivamente, à ideia de

- (A) comparação – adversidade – intensidade. (D) adversidade – adversidade – adição.
- (B) explicação – conclusão – adição. (E) adversidade – adversidade – intensidade.
- (C) adversidade – comparação – adição.

10. A frase em que as regras de concordância NÃO estão plenamente respeitadas é:

- (A) Cada um dos imigrantes que moram nos Estados Unidos sobrevivem de forma precária, sem terem acesso aos serviços básicos oferecidos pelo Estado.
- (B) Estados Unidos é uma nação poderosa por conta da imigração.
- (C) Fui eu quem elaborou essas teorias sobre a imigração.

- (D) A maioria dos imigrantes mais esclarecidos possui um padrão de vida bastante desenvolvido, capaz de se adaptar a mudanças socioeconômicas, como inflação e desabastecimento de produtos.
- (E) Uma multidão de imigrantes invadiu os Estados Unidos. Não pagam impostos nem respeitam as leis como deveriam.

### **LEGISLAÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO**

11. A lei 8.112/90 regula os adicionais a que os servidores público federais fazem jus. Com relação a estes adicionais, é INCORRETO dizer que:
- (A) o serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.
  - (B) o serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 30% (trinta por cento) em relação à hora normal de trabalho.
  - (C) independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.
  - (D) somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada.
  - (E) os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.
12. O direito de petição do servidor público federal está resguardado pela lei 8.112/90. É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo, sendo cabível pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado. Do indeferimento do pedido de reconsideração pode ser interposto Recurso. Diante desta afirmação, é INCORRETO afirmar que:
- (A) o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.
  - (B) o recurso deverá ser sempre recebido com efeito suspensivo.
  - (C) o direito de requerer prescreve em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho.
  - (D) o pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.
  - (E) a administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.
13. Com relação ao processo administrativo disciplinar destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, de acordo com a lei 8112/90, é INCORRETO afirmar que:
- (A) sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.
  - (B) como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.
  - (C) extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora não poderá determinar o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.
  - (D) o inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.
  - (E) o servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.
14. Pela lei 8.112/90, é contado para todos os efeitos o tempo de serviço público federal, inclusive o prestado às Forças Armadas. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias. Felismino Custódio Praça, servidor público, afastou-se do serviço público federal e exerceu por 8 anos cargo em comissão em Município brasileiro, retornando, posteriormente à suas atividades no âmbito federal. sobre o tempo de afastamento de Felismino, é CORRETO afirmar que:

- (A) não poderá ser contado como efetivo exercício no serviço público federal.
- (B) só poderá ser contado pela metade como efetivo exercício no serviço público federal.
- (C) só será contado para efeito de aposentadoria no serviço público federal.
- (D) será contado integralmente como efetivo exercício no serviço público federal.
- (E) só será contado para efeito de disponibilidade no serviço público federal.

15. Cremilda Apolinário Bezerra, servidora federal efetiva do Ministério da Fazenda, ocupa cargo de comissão na organização administrativa do órgão. No exercício de suas atividades possui várias informações sigilosas e relevantes para a Administração Pública Federal. Pretendendo agradar amigos, Cremilda revela importante segredo do qual se apropriou em razão do cargo. Dentro do regime disciplinar ao qual está submetido o servidor público federal, Cremilda é processada administrativamente e considerada, ao final do trânsito em julgado, responsável e culpada. Diante das punições administrativas previstas na lei 8.112/90, independente de outras providências que poderão ser tomadas do ponto de vista civil e criminal, Cremilda deverá ser punida com

- (A) advertência e perda do cargo em comissão.
- (B) suspensão e perda do cargo em comissão.
- (C) destituição do cargo em comissão.
- (D) exoneração do cargo público.
- (E) demissão do cargo público.

### NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16. Sobre o sistema operacional *Windows XP* (Português Versão Padrão do Fabricante), leia as afirmações abaixo.

- I. O comando de teclado Ctrl+Esc abre o menu iniciar;
- II. O *Internet Explorer* é a ferramenta mais adequada para gerenciar arquivos;
- III. O sistema de arquivos padrão é o EXT3.

Assinale a opção CORRETA.

- (A) Apenas I está correta.
- (B) Apenas I e II estão corretas.
- (C) Apenas I e III estão corretas.
- (D) Apenas II e III estão corretas.
- (E) Todas estão corretas.

17. Sobre os aplicativos do pacote BrOffice.org (Português Versão Padrão do Fabricante), leia as afirmações abaixo e marque a opção CORRETA.

- I. No *Writer* é possível salvar arquivos do tipo txt;
- II. No *Calc* é possível salvar documentos com uma senha;
- III. Através do *Impress* é possível criar e editar arquivos pdf.

Assinale a opção CORRETA.

- (A) Apenas I está correta.
- (B) Apenas I e II estão corretas.
- (C) Apenas I e III estão corretas.
- (D) Apenas II e III estão corretas.
- (E) Todas estão corretas.

18. A sigla usada para representar os conjuntos de estratégias com o objetivo de potencializar e melhorar o posicionamento de um site nas páginas de resultados nos sites de busca é:

- (A) CEO.
- (B) SEO.
- (C) CHIEF.
- (D) SEACHER.
- (E) CDO.

19. Sobre o conceito, uso e configuração de um *firewall*, é INCORRETO afirmar que:

- (A) Pode ser implementado via *hardware* ou *software*.
- (B) Permite aplicar uma política de segurança à rede a qual está conectada, controlando o fluxo de pacotes.
- (C) No *firewall* que implementa a filtragem estática, os dados são bloqueados ou liberados meramente com base nas regras, não importando a ligação que cada pacote tem com outro.
- (D) Quando configurado corretamente, também impede as colisões de pacotes melhorando o desempenho da rede.
- (E) Um *firewall* de filtragem de pacotes está vulnerável ao IP *spoofing*.

20. Uma autenticação é caracterizada como forte quando estão presentes dois ou mais itens dos seguintes fatores:
- (A) Senha, criptografia, certificado digital.
  - (B) Disponibilidade, confidencialidade, confiabilidade.
  - (C) Onde você está, em quem você confia, criptografia.
  - (D) O que você é, o que você sabe, o que você tem.
  - (E) O que você é, criptografia, em quem você confia.

### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Ativo Imobilizado é o item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos e se espera utilizar por mais de um período (NTC -TG 27). Marque a opção que apresente SOMENTE custos diretamente atribuíveis a um bem que será registrado como ativo imobilizado:
- (A) custos de benefícios aos empregados decorrentes diretamente da construção ou aquisição de bens do imobilizado e custos incorridos na instalação de novo produto ou serviço.
  - (B) custos de preparação do local e custos de abertura de nova instalação.
  - (C) custos de frete, de manuseio e custos de benefício aos empregados decorrentes da aquisição de um bem do ativo imobilizado.
  - (D) custos de instalação e custos incorridos na instalação de novo produto.
  - (E) honorários profissionais e custos de abertura de nova instalação.
22. Alguns ativos sofrem uma grande desvalorização quanto ao seu valor contábil, de acordo com a NBC TG 01; perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que consiste no maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso. Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar, no mínimo, determinadas indicações. Marque a opção INCORRETA a respeito das indicações de desvalorização.
- (A) Durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu significativamente.
  - (B) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo.
  - (C) Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo.
  - (D) Evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.
  - (E) O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é menor do que o valor de suas ações no mercado.
23. A Perícia Contábil pode ser judicial, extrajudicial e arbitral. Para sua execução, o profissional utiliza papéis de trabalhos que integram um processo organizado de registro de provas. A respeito dos papéis de trabalho, assinale a opção CORRETA.
- (A) O perito deve documentar os elementos relevantes que serviram de suporte à conclusão formalizada no laudo pericial contábil e no parecer pericial contábil, por meio de papéis de trabalho, que foram considerados relevantes, visando fundamentar o laudo ou parecer e comprovar que a perícia foi executada de acordo com os despachos e decisões judiciais, bem como as normas legais e Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - (B) O perito-contador assistente deve assessorar o contratante dos serviços, na elaboração das estratégias a serem adotadas na proposição de solução a respeito do litígio, porém não pode registrar em papéis de trabalho as conclusões a que chegou sem autorização do perito contratado pelo juiz.
  - (C) Papéis de trabalho consiste no ato de atestar a informação trazida ao laudo pericial contábil pelo perito-contador, conferindo-lhe caráter de autenticidade pela fé pública atribuída a este profissional.
  - (D) O perito-contador, depois de concluído seu trabalho, fornecerá, quando solicitado, seus papéis de trabalho e cópia do laudo pericial, ao perito-contador assistente, informando-lhe a data em que os papéis de trabalho foram concluídos.
  - (E) Os papéis de trabalho podem ser considerados procedimentos que servem de norma para julgar ou decidir o caminho que deve seguir o perito na elaboração do trabalho pericial. É a faculdade que tem de distinguir como proceder em torno dos fatos alegados.
24. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil devem contemplar o resultado final de todo e qualquer trabalho alcançado por meio de elementos de prova inclusos nos autos ou adquiridos em diligências que o perito-contador tenha efetuado, por intermédio de peças contábeis e quaisquer outros documentos, tipos e formas. Portanto, quanto ao laudo pericial contábil, a opção INCORRETA é:

- (A) Os peritos devem elaborar o laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil, utilizando-se do vernáculo, sendo admitidas apenas palavras ou expressões idiomáticas de outras línguas de uso comum nos tribunais judiciais ou extrajudiciais.
- (B) O laudo pericial contábil deve contemplar o resultado final de todo e qualquer trabalho alcançado por meio de elementos de prova inclusos nos autos ou adquiridos em diligências que o perito-contador tenha efetuado, por intermédio de peças contábeis e quaisquer outros documentos, tipos e formas.
- (C) O laudo pericial contábil deverá ser escrito de forma indireta, devendo atender às necessidades dos julgadores e dos interessados e ao objeto da discussão, sempre com conteúdo claro e limitado ao assunto da demanda, de forma que possibilite os julgadores a proferirem justa decisão.
- (D) O laudo pericial contábil não deve conter documentos, coisas, e/ou informações que conduzam a duvidosa interpretação, para que não induza os julgadores e interessados a erro.
- (E) O perito não deve utilizar-se dos espaços marginais ou interlineares para lançar quaisquer escritos no laudo pericial contábil, ou produzir emendas ou rasuras, em obediência às Normas Brasileiras de Contabilidade.
25. Como instrumentos de planejamento na Administração Pública Federal, têm-se: O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Toda ação do Governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos para o período do PPA, que é de quatro anos. A LDO estabelece, dentre os programas incluídos no PPA, os que terão prioridade na programação e execução do orçamento subsequente. A LOA é fruto de um planejamento das atividades e dos projetos a serem desenvolvidos pelos órgãos para a satisfação das necessidades coletivas (MOTA, 2013). Em relação ao ciclo orçamentário, marque a opção CORRETA.
- (A) Consiste em um processo estático que inicia antes do exercício financeiro, com a aprovação pelo executivo após a apreciação e proposição de emendas pelo legislativo para sanção ou veto pelos órgãos de controle externo.
- (B) Consiste em um processo dinâmico que inicia antes do exercício financeiro, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988, com elaboração dos instrumentos de planejamento, discussão, aprovação e execução pelo poder executivo.
- (C) Consiste em um processo financeiro, conforme a Constituição Federal de 1988, que inicia com a elaboração da proposta orçamentária por parte do executivo, legislativo e judiciário com proposição de emendas para sanção ou veto pelo legislativo.
- (D) Processo que inicia com a elaboração dos instrumentos de planejamento, de competência privativa do poder executivo e encaminhamento ao poder legislativo para apreciação, proposição de emendas e voto do relator e proposição final em plenário, para devolução ao executivo para sanção ou veto.
- (E) O ciclo orçamentário é impositivo e consiste na aprovação dos instrumentos de planejamento e deverá ser elaborado pelo executivo, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988, controlado e sancionado pelo legislativo. Nele o gestor público negocia recursos para compor o orçamento.
26. O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período (MCASP, 2012). Os ingressos são classificados em orçamentários e extraorçamentários. Marque a opção em que constam APENAS ingressos extraorçamentários:
- (A) Operações de crédito por antecipação de receita e garantias contratuais.
- (B) Cauções e juros da dívida.
- (C) Transferências de capital e operações de crédito.
- (D) Alienação de bens e emissão de moedas.
- (E) Consignações e amortização de empréstimo.
27. A autorização legislativa para a realização da despesa constitui crédito orçamentário, que poderá ser inicial ou adicional. Assinale a opção CORRETA, no que diz respeito aos créditos adicionais.
- (A) Os créditos adicionais incorporam-se ao orçamento, adicionando-se à dotação orçamentária que deva reforçar.
- (B) Os créditos especiais e extraordinários podem ser considerados créditos novos, conservam sua especificidade, demonstrando-se as despesas realizadas à conta dos mesmos, separadamente.
- (C) A Lei nº 4.320/1964 determina, nos arts. 42 e 43, que os créditos suplementares e extraordinários serão abertos por decreto do poder executivo, dependendo de prévia autorização legislativa, necessitando da existência de recursos disponíveis e precedida de exposição justificada.
- (D) São recursos disponíveis para fins de abertura de créditos suplementares e especiais, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício corrente; os provenientes de excesso de arrecadação; os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.

- (E) A Constituição Federal de 1988, no § 8º do art. 166, estabelece que os recursos objeto de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária que ficarem sem destinação não podem ser utilizados como fonte hábil para abertura de créditos especiais e suplementares.
28. As descentralizações de créditos ocorrem quando se efetua movimentação de parte do orçamento para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária (MENDES, 2010, p. 266). Quando a descentralização envolver unidades gestoras de um mesmo órgão, tem-se a descentralização interna, também chamada de:
- (A) destaque. (B) sub-repasse. (C) cota. (D) repasse. (E) provisão.
29. Para fins contábeis, a despesa orçamentária pode ser classificada quanto ao impacto na situação líquida patrimonial em: Despesa Orçamentária Efetiva - aquela que, no momento de sua realização, reduz a situação líquida patrimonial da entidade, constituindo fato contábil modificativo diminutivo, e Despesa Orçamentária Não Efetiva – aquela que, no momento da sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade e constitui fato contábil permutativo. A partir do exposto, marque a opção em que constam APENAS despesas efetivas.
- (A) Despesas com diárias e alienação de bens.  
 (B) Investimentos e despesa com amortização da dívida.  
 (C) Aquisição de material de consumo e despesas com encargos da dívida.  
 (D) Despesa com pessoal e despesa com adiantamento.  
 (E) Aquisição de materiais para estoque e diárias.
30. Marque a opção CORRETA que trata sobre as espécies de renúncia de receita:
- (A) A anistia é o perdão da multa, que visa excluir o crédito tributário na parte relativa à multa aplicada pelo sujeito passivo ao sujeito ativo, por infrações cometidas por este anteriormente à vigência da lei que a concedeu. A anistia não abrange o crédito tributário já em cobrança, em débito para com a Fazenda, cuja incidência também já havia ocorrido.  
 (B) A remissão é o perdão da dívida, que se dá em determinadas circunstâncias previstas na lei, tais como valor diminuto da dívida, situação difícil que torna impossível ao sujeito passivo solver o débito, inconveniência do processamento da cobrança dado o alto custo não compensável com a quantia em cobrança, probabilidade de não receber, erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, equidade etc.  
 (C) O crédito presumido é aquele que representa o montante do imposto cobrado na operação anterior e objetiva neutralizar o efeito de recuperação dos impostos cumulativos, pelo qual o Estado se apropria do valor da isenção nas etapas subsequentes da circulação da mercadoria. Sendo considerada renúncia de receita o crédito real ou tributário do ICMS previsto na legislação instituidora do tributo.  
 (D) A isenção é a espécie mais usual de renúncia e define-se como a dispensa legal, pelo Estado, do débito tributário devido. Implica perdoar a conduta ilícita, concretizada na infração penal e perdoar a sanção aplicada ao contribuinte, inclusive o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.  
 (E) A renúncia compreende anistia, remissão, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral e, em termos financeiros, o montante da renúncia será considerado no momento da elaboração do PPA, ou seja, quando estimada a receita orçamentária, a renúncia deverá estar contemplada.
31. Controle interno constitui o processo composto pelas regras de estrutura organizacional e pelo conjunto de políticas e procedimentos adotados por uma organização para a vigilância, fiscalização e verificação que permite prever, observar, dirigir ou governar os eventos que possam impactar na consecução de seus objetivos. A partir do exposto, marque a opção CORRETA que completa, respectivamente, a assertiva a seguir:
- Controle Interno é um processo \_\_\_\_\_ de responsabilidade da própria \_\_\_\_\_, adotado com o intuito de assegurar uma \_\_\_\_\_ margem de garantia de que os \_\_\_\_\_ da organização sejam atingidos.
- (A) organizacional, gestão, razoável, objetivos. (D) de gestão, auditoria, absoluta, recursos.  
 (B) restrito, auditoria, absoluta, recursos. (E) organizacional, auditoria, razoável, objetivos.  
 (C) restrito, gestão, absoluta, recursos.
32. A Constituição Federal de 1988 conferiu ao TCU o papel de auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo. NÃO é competência constitucional privativa do Tribunal de Contas da União:
- (A) Apreciar as contas anuais do presidente da República.

- (B) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.
- (C) Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares.
- (D) Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais.
- (E) *Apreciar as contas prestadas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, consolidadas as contas dos respectivos tribunais, mediante parecer prévio, ao qual caberá recurso, inclusive patrimonial, quanto à adequação.*

33. Ao final do exercício financeiro, as entidades classificam suas despesas em Restos a pagar processados ou não-processados. Em relação aos restos a pagar, marque a opção CORRETA.

- (A) Restos a pagar processados constituem despesas empenhadas, liquidadas ou em processo de liquidação e não pagas.
- (B) Quando uma entidade realiza reserva de dotação orçamentária para um fim específico e até o final do exercício ocorreu a entrega parcial do serviço e ou do bem, a despesa deverá ser anulada.
- (C) Despesas inscritas em restos a pagar e não pagas durante o exercício seguinte deverão ser registradas com despesas de exercício anteriores.
- (D) A entrega de um bem ou serviço confere ao fornecedor o direito ao pagamento, portanto, quando o pagamento não é realizado no ano em que ocorreu o fato gerador, a despesa com a aquisição deverá ser inscrita na conta de restos a pagar não processados.
- (E) As despesas ainda não empenhadas, mas em processo de contratação, ao final do exercício financeiro, deverão ser inscritas em restos a pagar processados.

**Com base nos dados a seguir, responda às questões de 34 a 36.**

Suponha os seguintes fatos ocorridos em 31/12 de determinado ano em um órgão público, registrados na contabilidade:

- 1) Recebimento de receitas tributárias e com alienação de imóveis no valor de R\$ 3.000 unidades monetárias;
- 2) Empenho da despesa no valor de R\$ 2.000 unidades monetárias;
- 3) Liquidação de despesa corrente no valor de R\$ 800 unidades monetárias e
- 4) Liquidação de despesa de capital no valor de R\$ 500 unidades monetárias.

34. Marque a opção que indica o valor a ser registrado em Restos a pagar não processados:

- (A) R\$ 800 unidades monetárias.
- (B) R\$ 500 unidades monetárias.
- (C) R\$ 1.300 unidades monetárias.
- (D) R\$ 700 unidades monetárias.
- (E) R\$ 1.000 unidades monetárias.

35. Marque a opção que indica o valor total a ser registrado em Restos a pagar:

- (A) R\$ 1.300 unidades monetárias.
- (B) R\$ 2.000 unidades monetárias.
- (C) R\$ 3.000 unidades monetárias.
- (D) R\$ 700 unidades monetárias.
- (E) R\$ 1.000 unidades monetárias.

36. O superávit orçamentário equivale a

- (A) R\$ 2.500 unidades monetárias.
- (B) R\$ 1.700 unidades monetárias.
- (C) R\$ 1.300 unidades monetárias.
- (D) R\$ 1.000 unidades monetárias.
- (E) R\$ 700 unidades monetárias.

37. Despesas de exercícios anteriores são despesas fixadas no orçamento vigente, decorrentes de compromissos assumidos em exercícios anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento. Marque a opção INCORRETA.

- (A) O reconhecimento da obrigação de pagamento das despesas com exercícios anteriores cabe à autoridade competente para empenhar a despesa.

- (B) São despesas de exercícios anteriores as que não se tenham processado na época própria e cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação.
- (C) Os restos a pagar com prescrição interrompida são aqueles cancelados, mas ainda vigente o direito do credor, portanto, serão pagos a débito da conta despesas de exercícios anteriores.
- (D) Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício e empenhados são aqueles cuja obrigação de pagamento foi criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.
- (E) Os restos a pagar com prescrição interrompida somente poderão ser pagos à conta de despesas de exercícios anteriores, quando o credor requerer seu direito dentro do prazo de 5 anos.
38. Suprimento de fundos consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação (MCASP, 2013). O suprimento de fundos NÃO deve ser utilizado:
- (A) para atender a despesas eventuais, inclusive em viagem e com serviços especiais, que exijam pronto pagamento.
- (B) quando a despesa deva ser feita em caráter sigiloso, conforme se classificar em regulamento.
- (C) por servidor que tenha a seu cargo a guarda ou utilização do material a adquirir, salvo quando não houver na repartição outro servidor.
- (D) para atender a despesas de pequeno vulto, assim entendidas aquelas cujo valor, em cada caso, não ultrapassar limite estabelecido em ato normativo próprio.
- (E) para aquisição de materiais e contratação de serviços, conforme disposto em ato normativo próprio.
39. Determinada instituição empenhou despesa com aquisição de material de consumo, no valor de R\$ 40.000. Marque a opção que demonstre CORRETAMENTE o registro contábil do comprometimento do crédito
- (A) Débito: Crédito disponível  
Crédito: Crédito empenhado a liquidar
- (B) Débito: Crédito adicional disponível  
Crédito: Crédito empenhado liquidado a pagar
- (C) Débito: Crédito empenhado a liquidar  
Crédito: Crédito disponível
- (D) Débito: Dotação Inicial a liquidar  
Crédito: Dotação empenhada a pagar
- (E) Débito: Fixação inicial  
Crédito: Dotação empenhada
40. A função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social (CFC-Resol. 1.128, 2008). Marque a opção a opção INCORRETA, quanto aos Princípios de Contabilidade:
- (A) O princípio da oportunidade é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos registros contábeis dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública.
- (B) A integridade e a fidedignidade dizem respeito à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade, independentemente do cumprimento das formalidades legais para sua ocorrência, visando ao completo atendimento da essência sobre a forma.
- (C) O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional, e as bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo.
- (D) Os fatos que afetam o patrimônio público devem ser contabilizados por competência, e os seus efeitos devem ser evidenciados nas demonstrações contábeis do exercício financeiro com o qual se relacionam, complementarmente ao registro orçamentário das receitas e das despesas públicas.
- (E) O princípio da prudência adquire relevância quando são feitas estimativas, tais como os passivos contingentes que representam obrigações possíveis, ou ativos contingentes que são possíveis ativos, cuja existência depende de fatores previsíveis, tais como resultados dos julgamentos de processos judiciais.
41. O Balanço Orçamentário apresentará as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstrará também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. Com base no exposto, analise as opções a seguir e marque a CORRETA.

- (A) A comparação entre as colunas de Despesas Liquidadas e Despesas Pagas equivale ao valor a ser inscrito em Restos a Pagar não Processados no exercício.
- (B) Quando se comparam as Despesas Empenhadas com as Despesas Liquidadas, encontra-se o valor a ser registrado em Restos a Pagar Processados.
- (C) O Quociente do Equilíbrio Orçamentário é resultante da relação entre a Previsão Inicial da Receita e a Dotação Inicial da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e a fixação constante na LOA.
- (D) O Quociente de Previsão da Receita é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Atualizada da Despesa, indicando a existência de excesso ou a falta de arrecadação para a cobertura de despesas.
- (E) O Quociente de Utilização do Superávit Financeiro é resultante da relação entre os Créditos Adicionais Abertos por meio de superávit financeiro e o total do déficit financeiro apurado no exercício anterior.
42. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte. O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere. Marque a opção que evidencia o que NÃO deverá conter no balanço:
- (A) A receita orçamentária realizada por destinação de recurso.
- (B) A despesa orçamentária executada por destinação de recurso.
- (C) Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários.
- (D) Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais por destinação vinculada.
- (E) As transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária.
43. O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação. Em relação à análise desse balanço, com base na Lei nº 4.320/64, é INCORRETO afirmar:
- (A) Ativo financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e ainda os valores numerários.
- (B) O passivo financeiro compreenderá as dívidas flutuantes e outros pagamentos que dependa de autorização orçamentária.
- (C) Nas contas de compensação, serão registrados os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio, visando ao controle de tais atos.
- (D) A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, já que separa o Ativo e Passivo em dois grandes grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem.
- (E) A análise da liquidez geral, ou índice de solvência geral, é uma medida de capacidade da entidade em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e a longo prazos.
44. A Tomada de Contas Especial - TCE é um instrumento de que dispõe a Administração Pública para ressarcir-se de eventuais prejuízos que lhe forem causados, sendo o processo revestido de rito próprio e somente instaurado depois de esgotadas as medidas administrativas para reparação do dano (CGU, 2013). NÃO constitui característica da Tomada de Contas Especial:
- (A) Deve ser instaurada a partir da autuação de processo específico, numeração própria, em atendimento à determinação da autoridade administrativa.
- (B) Deve conter as peças necessárias para a caracterização do dano.
- (C) Constitui medida de exceção, somente devendo ser instaurada após esgotadas todas as medidas administrativas internas, objetivando o ressarcimento do prejuízo ao erário.
- (D) Deve ser encaminhada ao Tribunal de Contas da União em até 90 dias a contar do término do exercício financeiro em que foi instaurada.
- (E) No TCE, somente deve ser instaurada quando o valor do débito original acrescido da atualização monetária atingir valor mínimo estabelecido pelo TCU.
45. A Receita Corrente Líquida (RCL) tem como objetivos, EXCETO:
- (A) servir de parâmetro para o montante da reserva de contingência.
- (B) servir de parâmetro para os limites da despesa total com pessoal.
- (C) servir de parâmetro para os limites da dívida consolidada líquida.
- (D) servir de parâmetro para os limites das operações de crédito.
- (E) servir de suporte ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária e ao somatório das dotações correntes.

46. Inventário consiste em um procedimento administrativo para fins de conferência de todos os bens que sejam de propriedade de determinado órgão ou entidade (CARVALHO; CECCATO, 2011). Analise as assertivas a seguir e marque a opção CORRETA.
- I. O termo inventário também é utilizado como sendo o próprio controle permanente de bens, ou seja, a lista de todos os bens permanentes de uma entidade;
  - II. Para fins de inventário, uma comissão deve ser constituída para fins de realização dos trabalhos, formada por servidores da própria entidade ou empresa especializada que prestam serviço de inventário;
  - III. A contabilidade deverá manter registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.
- (A) Apenas o item I está correto. (D) Apenas o item II está correto.  
 (B) Apenas os itens I e II estão corretos. (E) Apenas o item III está correto.  
 (C) Os itens I, II e III estão corretos.
47. O SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) é um sistema informatizado que tem por finalidade contabilizar e controlar toda a execução orçamentária, financeira e patrimonial em tempo real. Para que a contabilidade registre as doações recebidas de outros órgãos, deverá registrar o fato através da transação / documento:
- (A) Nota de empenho – NE (D) Nota de Doação – ND  
 (B) Nota de Lançamento – NL (E) Nota de Registro – NR  
 (C) Nota de Sistema – NS
48. Marque a opção que constitui objetivo do SIAFI.
- (A) Prover mecanismos adequados de controle diário da execução orçamentária, pois o controle patrimonial utiliza sistema próprio.
  - (B) Permitir que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinadas a todos os níveis da administração pública.
  - (C) Padronizar métodos e rotinas de trabalho relativos à gestão dos recursos públicos, com rigidez, visando ao controle total dos atos e fatos ocorridos.
  - (D) Permitir o acompanhamento e avaliação do uso dos recursos públicos visando à transparência dos gastos.
  - (E) Permitir o controle dos registros de protocolos de atendimento do público.
49. Patrimônio público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis, ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que represente um fluxo de benefícios presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações (CARVALHO; CECCATO, 2011). Quanto à classificação dos bens públicos, assinale a opção CORRETA.
- (A) Os bens de uso comum do povo, os dominicais e os especiais são inalienáveis.
  - (B) Os bens públicos estão sujeitos à usucapião.
  - (C) Os bens dominiais, embora integrando o domínio público, difere dos demais, pela possibilidade de serem utilizados em qualquer fim.
  - (D) Os rios, os mares e praias são bens de uso comum do povo e devem ser registrados contabilmente.
  - (E) Os bens de uso especial são de propriedade do estado e se destinam preferencialmente à venda.
50. Ativos descritos como bens do patrimônio cultural são assim chamados devido a sua significância histórica, cultural ou ambiental (MCASP, 2012, p. 64). Assinale a opção INCORRETA.
- (A) São bens do patrimônio cultural os monumentos e prédios históricos, sítios arqueológicos, áreas de conservação e reservas naturais.
  - (B) Ativos do patrimônio cultural são geralmente mantidos para gerar entradas de caixa, embora possa haver obstáculos legais ou sociais para usá-los em tais propósitos.
  - (C) Obrigações legais ou estatutárias podem impor proibições ou restrições severas na alienação por venda, dos bens que integram o patrimônio cultural.
  - (D) São geralmente insubstituíveis e seus valores podem aumentar através do tempo, mesmo se sua condição física se deteriorar.
  - (E) O reconhecimento e a mensuração desses ativos são facultativos e podem seguir bases outras que não as utilizadas para os ativos imobilizados.